



## TRUMP NA OFENSIVA

# "ONU paralela" lançada sob polêmica

Presidente dos EUA reuniu 20 chefes de Estado e governo na assinatura da carta de fundação de seu Conselho de Paz. No discurso de abertura, alfinetou as Nações Unidas e exibiu os planos para a Faixa de Gaza

» SILVIO QUEIROZ

**D**uas dezenas de chefes de Estado e de governo prestigiaram ontem, em Davos, o lançamento do Conselho de Paz criado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como iniciativa própria para redesenhar a ordem internacional — e, apontam os críticos da proposta, enfraquecer o sistema multilateral ancorado há oito décadas nas Nações Unidas. A proposta, concebida inicialmente para coordenar a reconstrução do território palestino da Faixa de Gaza, após dois anos de ofensiva militar israelense, teve os objetivos ampliados para “garantir estabilidade e governança” para “áreas de conflito”, segundo os termos da carta de fundação assinada ontem na cidade alpina da Suíça, que abriga anualmente o Fórum Econômico Mundial.

Entre cerca de 60 países convidados a aderir, mais de 30 teriam respondido positivamente, segundo a Casa Branca. Os membros fundadores terão, originalmente, um mandato de três anos, renováveis por Trump, que presidirá em caráter vitalício o organismo. Entre os amplos poderes de que disporá está o de selecionar os governantes a serem convidados e, eventualmente, destituir os que o desagravarem. Um aporte de US\$ 1 bilhão, a ser feito nos próximos 12 meses, garante o status de membro permanente.

O presidente Lula, que ontem conversou sobre o tema por telefone com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmud Abbas, segue estudando a resposta que dará ao convite. A mesma posição é mantida pela China e pela Rússia, embora Trump tenha anunciado em Davos a aceitação pelo colega Vladimir Putin. Na ausência de confirmação oficial pelo Kremlin, o porta-voz Dmitri Peskov admitiu que o país poderá, inclusive, fazer o aporte de US\$ bilhão, desde que a partir da liberação de fundos russos retidos no exterior, como parte de sanções impostas em represália à invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022.

No discurso que antecedeu a assinatura do documento, o presidente dos EUA colocou ênfase na reconstrução de Gaza, como desdobramento do cessar-fogo firmado em outubro entre Israel e o movimento palestino Hamas. “Juntos, estamos na posição de colocar um fim em décadas de sofrimentos,



Donald Trump discursa na sessão de fundação do organismo, criado à sua imagem e semelhança: plenos poderes como presidente vitalício

de interromper gerações de ódio e derramamento de sangue e construir uma paz bela, duradoura e gloriosa para essa região e para o mundo inteiro”, afirmou. Além do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, estão entre os fundadores do Conselho os governantes de países muçulmanos, como Arábia Saudita, Catar, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Turquia e Indonésia.

### “Nova Gaza”

Depois de exhibir o logo do organismo, vagamente inspirado no da ONU, mas com um mapa que tem os EUA no centro, Trump expôs em mais detalhes os planos para transformar Gaza em um complexo de arranha-céus a serem explorados pelo setor de turismo. “Vejam esse local à beira-mar, essa bela propriedade, o que ela poderia significar para tanta gente”, afirmou, enquanto mostrava uma ilustração do projeto, para o qual estimou um prazo de construção de três anos.

Segundo o roteiro traçado por Washington, a “nova Gaza”, como chamou o presidente, deverá ser administrada por um grupo de tecnocratas palestinos — todos atualmente radicados fora do território —, sob supervisão da direção



executiva do novo Conselho. Integram inicialmente essa instância, além do próprio Trump, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rúbio; o assessor e genro do presidente, Jared Kushner; o enviado especial para o Oriente Médio, Steve Witkoff; e o ex-premier britânico Tony Blair.

### Unilateralismo

Desde que lançou a ideia do Conselho de Paz, Trump tem reafirmado as críticas que faz à ONU, apontada como “ineficaz” e “cara”. Críticos da proposta veem nos contornos do organismo, em especial pela posição central ocupada pelo líder dos

plenos poderes como presidente vitalício

EUA, uma ameaça sem precedentes ao sistema multilateral do pós-Segunda Guerra Mundial e ao direito internacional. O documento de fundação não faz menção à Carta das Nações Unidas, que, entre outras normas, proíbe o uso da força contra um país-membro sem autorização expressa de sua instância máxima, o Conselho de Segurança — no qual os EUA, como um dos cinco membros permanentes, tem a prerrogativa de vetar decisões tomadas pela maioria, ainda que o seu voto seja sóltario.

“Trump nunca foi afeito a questões multilaterais ou grandes

fóruns de debate”, disse ao *Correio* a professora de relações internacionais Denilde Holzhacker, da ESPM. “Ele entende que a atuação direta dos EUA, bilateral ou unilateral, é que faz efeito.” Essa, segundo a estudiosa, foi a tônica de seu primeiro mandato na Casa Branca, entre 2017 e 2021, e o unilateralismo voltou a presidir os primeiros 12 meses do novo período, completados na última terça-feira. “Na lógica dele, quem tem condições de exercer poder e tem força para exercê-lo deve fazê-lo, independentemente das regras.”

Denilde Holzhacker vê a ordem

internacional estabelecida nas últimas décadas “em teste”, com desfecho tão imprevisível quanto os movimentos do presidente norte-americano. “A pergunta é qual vai ser a ordem que teremos a partir dessa posição, e como os outros atores vão se reorganizar, ou em termos de novas instituições ou de reforma das instituições atuais, sem os EUA”, arrisca. “Os cenários ainda são muito incertos para que se saiba o que virá.”

## Na mira, virada em Cuba

A iniciativa se segue ao ataque fulminante do último dia 3, quando uma onda de bombardeios contra instalações militares em Caracas abriu caminho para um comando de elite dos EUA capturar o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em plena capital. Levado para Nova York com a primeira-dama, Cilia Flores, vendado e algemado, ele será julgado por crimes relacionados ao narcotráfico.

Já na ocasião, em meio aos desdobramentos da operação, Trump declarou que o regime cubano estaria “pronto para cair”. Uma semana mais tarde, em postagem na sua rede Truth Social, o presidente norte-americano aconselhou o colega Miguel Díaz-Canel a “fazer um acordo (com a Casa Branca) antes que seja tarde”. No texto, advertiu que as forças mobilizadas pelos EUA no Caribe, a pretexto de combater o envio de drogas da América do Sul para o litoral dos EUA, tratariam de impedir que cheguem a Cuba carregamentos de petróleo.

Desde a instalação do regime chavista, em 1999, a Venezuela tem sido essencial para abastecer a ilha de combustíveis. A partir de setembro, a força aeronaval mobilizada por Trump arrestou petroleiros que se dirigiam ao litoral cubano e apreendeu a carga. Sintomaticamente, nas últimas semanas motoristas têm formado longas filas, em Havana e outras cidades, para abastecer seus automóveis.

No início da semana, Cuba se

pulsou com horas 32 militares mortos no ataque a Caracas, onde integravam o esquema de segurança pessoal de Maduro. Em resposta ao ultimato lançado por Trump, o chanceler Bruno Rodríguez descartou, em postagem na rede social X, qualquer possibilidade de negociação com Washington sobre algum tipo de transição política. Também repudiou a pressão militar contra as remessas de petróleo. “Como qualquer país, Cuba tem o direito absoluto de importar combustível dos mercados dispostos a exportá-lo e que exerçam seu direito de desenvolver relações comerciais sem interferência ou subordinação a medidas coercitivas unilaterais impostas pelos EUA”, escreveu.

# Groenlândia e Otan desmentem anexação

Autoridades da Dinamarca e da Groenlândia, assim como o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, asseguraram ontem que a soberania dinamarquesa sobre a ilha ártica não foi discutida no encontro mantido na véspera, em Davos, com o presidente Donald Trump — que pretende “adquirir” o território e anexá-lo aos EUA. À saída do encontro, Trump postou em sua rede Truth Social um texto no qual anuncia “as bases para um acordo”, sem adiantar detalhes. Fontes de seu governo adiantaram para o jornal *The New York Times* que a fórmula contemplada envolveria o controle dos EUA sobre porções limitadas do terreno, nas quais poderia instalar novas bases militares.

“Não sei exatamente o que contém o acordo sobre o meu país”, lamentou o primeiro-ministro da

Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, em entrevista coletiva concedida em Nuuk, capital do território autônomo da Dinamarca, país-membro da Otan. O governante não escondeu o desconforto com a ideia de que o futuro da ilha seja discutido por terceiros. “Ninguém, além da Groenlândia e da Dinamarca, está autorizado a firmar acordos sobre a ilha e o reino da Dinamarca”, frisou. A soberania e a integridade territorial da ilha, insistiu, “são a nossa linha vermelha”.

Falande à TV norte-americana *Fox News*, e a despeito dos desmentidos, Trump reafirmou que as negociações com Rutte em Davos contemplam “acesso total” dos EUA à Groenlândia. Garantiu, também, que teria assegurado “tudo o que precisamos”, e que os acertos deverão vigorar “para sempre”. Embora tenha mencionado na véspera, no discurso para o Fórum



O premiê da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen: soberania é “linha vermelha”

Econômico Mundial, as riquezas minerais da ilha, o presidente destacou ontem os interesses estratégicos dos EUA na região do ártico. Mencionou as ambições de “russos e chineses” na região e citou o projeto do Domínio de Ouro, um escudo antimísseis destinado a proteger o território dos EUA, cujo nome se inspira no Domínio Ferro israelense.

A primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, explicou que as conversações sobre a ilha continuariam em “dois eixos”: um centrado na Otan, e outro nas relações da Dinamarca e da Groenlândia com os Estados Unidos. Sobre a aliança militar, Frederiksen afirmou que todos os seus integrantes concordam “com a necessidade de uma presença permanente da Otan na região ártica”. Sobre o segundo eixo,

disse que não queria “entrar nos detalhes das discussões”.

Durante entrevista coletiva o lado da colega da Suécia, Maria Malmer Stenegård, o chanceler dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, disse que se abre “uma oportunidade para que possamos, novamente, ter uma verdadeira negociação entre o reino da Dinamarca e a Groenlândia de um lado, e os EUA do outro”.

No fim de semana, a disputa sobre a ilha provocou uma escalada entre Trump e os aliados europeus. O presidente norte-americano chegou a ameaçar com sobretaxa de 10% sobre as importações de produtos de oito países — entre eles, França e Alemanha — que se opuseram a suas pretensões. Em Davos, porém, ao fim da reunião com o chefe da Otan, anunciou a suspensão da represália, que entraria em vigor em 1º de fevereiro.